



## 6º Congresso de Pós-Graduação

### **DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: A ESCASSEZ DE DIREITOS E PROTEÇÃO AO TRABALHO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS.**

#### **Autor(es)**

LUIS GUILHERME SOARES MAZIERO

#### **Orientador(es)**

ANA LÚCIA SABADELL

#### **1. Introdução**

O objeto da pesquisa é a escassez de Direitos trabalhistas das empregadas domésticas no Brasil em relação às demais categorias de trabalhadores. Para compreender melhor os objetivos deste trabalho, é necessário demonstrar, inicialmente, a limitação de direitos existente na categoria das domésticas e o cenário social em que está inserida.

Inicialmente, é preciso entender que, em se tratando de Direitos Trabalhistas no Brasil, o primeiro diploma legal que afastou aplicabilidade dos Direitos do Trabalho à categoria das empregadas domésticas foi o Decreto-lei n. 5.452, de 1º de Maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, criado com o intuito de compilar as inúmeras leis esparsas e desordenadas que regulamentavam as relações de trabalho em geral, em um único diploma legal concentrado.

Ao abordar a categoria das empregadas domésticas, o Decreto-lei n. 5.452/43 afastou as domésticas do alcance da CLT (art. 7, "a").

Note-se que todos os Direitos do Trabalho contemplados na Consolidação das Leis do Trabalho criada, não beneficiavam à categoria das empregadas domésticas, pelo suposto caráter “familiar” e “não econômico”.

Em 11 de Dezembro de 1972, foi criada a “Lei do Empregado Doméstico” – Lei Ordinária Federal nº 5.859/72, a qual, após definir como empregado doméstico “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”, fixou de maneira taxativa o pequeno rol de Direitos Trabalhistas aplicáveis à categoria, muito aquém do previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

Em 05 de Outubro de 1988, após aprovação pela Assembléia Nacional Constituinte, foi criada a atual Constituição Federal do Brasil, popularmente conhecida como “Constituição Cidadã”. Entretanto, apesar de alargar e fixar no artigo 7º um rol de Direitos Constitucionais do Trabalho insistiu em manter inaplicáveis estes direitos à categoria das empregadas domésticas (art. 7, parágrafo único).

Desta maneira, mais uma vez a categoria das empregadas domésticas permaneceu com tratamento diferenciado em relação às demais categorias de Trabalho, não contemplada pelos Direitos Trabalhistas previstos aos demais trabalhadores.

Não por acaso, quando se reporta aos estudos e pesquisas já realizadas no Brasil, verifica-se que, se em 1970, 97,5% das empregadas domésticas eram mulheres, em 1997 elas representavam, ainda, 92,8% de

toda a categoria.

Diante destes dados concretos, a indagação que se faz é: a privação legal de direitos trabalhistas à categoria das empregadas domésticas estaria relacionada ao fato de tratar-se de carreira prevalentemente e culturalmente destinada às mulheres? Qual a relevância e interferência que outros fatores, tais quais classe social e raça, causam nesta limitação de direitos? Destas reflexões, poder-se-ia debater tratar-se ou não de discriminação de gênero nas relações de trabalho.

## 2. Objetivos

---

Os objetivos do trabalho são:

a) Análise teórica das principais constatações e reivindicações da teoria feminista do direito, comparando se a ausência de Direitos das Empregadas Domésticas no Brasil decorreria da divisão Público/Privado existente no modelo de sociedade patriarcal vigente, ou se sofreria a intervenção de outras variáveis.

b) Apresentação das normas que evidenciam o tratamento desigual desfavorável à categoria das empregadas domésticas, bem como de tratados e convenções internacionais que buscam a proteção e igualdade nas relações de trabalho, e de proteção ao trabalho das mulheres;

## 3. Desenvolvimento

---

O desenvolvimento do trabalho pode ser dividido em nível teórico e nível prático. No entanto, necessário destacar que esta divisão procura apenas sistematizar a apresentação da metodologia aplicada, pois os dois níveis em momento algum foram dissociados na realização da pesquisa, sendo constantemente confrontados e entrelaçados, já que se confundem no escopo deste trabalho.

Teoricamente utilizou-se o método de exploração de textos. O material utilizado são textos sociológicos, políticos, antropológicos e jurídicos. Neste nível o trabalho está voltado ao aprofundamento no estudo da relação entre os gêneros na sociedade, da divisão entre o “público” e o “privado”, sendo que a esfera pública corresponderia às relações políticas exercidas, majoritariamente, pelos homens, e a esfera “privada” ou “doméstica” ocupada principalmente por mulheres, buscando se a deficiência de direitos das empregadas domésticas estaria relacionada ao fato de seu campo de trabalho ser o “doméstico”, socialmente desdenhado, com pouca atuação e proteção do Estado.

## 4. Resultado e Discussão

---

A principal característica do estudo realizado foi o foco dado à perspectiva de gênero em que está envolvida a categoria das empregadas domésticas, entendendo-se como gênero a categoria analítica destinada à compreensão das relações entre mulheres e homens na sociedade fora do determinismo biológico.

Esta perspectiva está estritamente relacionada com o conceito de patriarcado, o popularmente conhecido “machismo”, que refere-se a uma determinada forma de relacionamento, de comunicação, entre os gêneros feminino e masculino, que se caracteriza pela dominação e sujeição do primeiro pelo segundo.

Assim, patriarcado seria o relacionamento social entre homens e mulheres que acaba de forma lúcida ou inconsciente por inferiorizá-las, colocando-as sob o poder de controle masculino, seja pelo viés econômico, político ou familiar, seja na esfera pública, seja na esfera privada da vida humana, limitando ou restringindo sua autodeterminação.

O antropólogo Pierre Bourdieu, buscando compreender a forma de relacionamento patriarcal desde suas origens, apresenta uma teoria que esclarece a estrutura e a forma de propagação e manutenção desta relação de subordinação entre homens e mulheres. O estudo realizado pelo pesquisador apreende este relacionamento como um movimento social de maior magnitude considerando-o como uma espécie de “dominação masculina”.

Nessa direção, os estudos indicam que a “dominação masculina” - termo que pode ser traduzido como a maciça difusão dos conceitos patriarcais na sociedade - se desenvolve e se mantém por meio de uma complexa estrutura androcêntrica sedimentada no inconsciente dos seres humanos, constantemente fomentada e reproduzida pelas instituições sociais, como Escola, Igreja e Estado, que foram constituídas

justamente sob os valores patriarcais.

Essa estrutura é apreendida pelo homem e pela mulher como aparentemente natural, posto que está calcada nas qualidades socialmente relegadas às mulheres, dentro de uma separação dualista das qualidades humanas (forte/fraco, racional/emocional), que procura se sustentar nas diferenças biológicas (anatômicas e fisiológicas), existente entre homens e mulheres. Dentro desta estrutura seria a mulher detentora dos predicados mais ligados a esfera privada da vida humana, afastada, portanto, da esfera pública, do poder, sob o domínio exclusivo do homem por suas qualidades aparentemente naturais.

Nesta perspectiva, gênero é o termo utilizado para designar a função de homens e mulheres na sociedade diante da construção social descrita no parágrafo anterior que os classifica diferentemente e, portanto, os separa.

O conceito gênero surge fundamentalmente para desvincular a relação de dominação e subordinação da mulher no convívio social desta aparente naturalidade, legitimada por características biológicas, com que se apresenta a “dominação masculina”. Com efeito, a distinção entre homem e mulher não está calcada em diferenças biológicas, mas em uma construção social que relegou a mulher um papel secundário na esfera pública da vida social.

Nesse sentido, são três os elementos básicos para se analisar as relações sociais entre homens e mulheres a partir do paradigma do gênero: implicação da estrutura social com o gênero; “os gêneros não são naturais”; a existência de uma construção social sobre os dois gêneros e a influência deste elemento com o relacionamento de poder existente entre eles.

Diante destas observações acerca do relacionamento entre homens e mulheres em sociedade, justifica-se a hipótese formulada, no sentido de que a inaplicabilidade dos Direitos do Trabalho às empregadas domésticas decorreria desta concepção social que tende a desvalorizar a mulher. Afinal, trata-se de categoria composta majoritariamente por mulheres, e de atividade desenvolvida no bojo da esfera privada – lar, domicílio – considerado um espaço “feminino”, igualmente desvalorizado no plano sociológico e jurídico.

Neste sentido, a escassez de normas que tutelam a categoria das domésticas poderia ser compreendida como reflexo de uma sociedade construída sobre valores patriarcais, que a emprega como forma de controle privado das relações domésticas e de sustentação desta própria ordem, atrelando às mulheres todos os adjetivos tendentes a desvalorizá-la, de modo que a desvalorização do trabalho doméstico seria fruto de todo este processo.

Todo argumento contrário tenderia a justificar uma ordem social pré-existente e, por vezes, inconsciente .

## 5. Considerações Finais

Diante das reflexões realizadas, e da hipótese formulada, que sugere como discriminação de gênero o fato da categoria das empregadas domésticas não gozar dos mesmos direitos trabalhistas dos demais empregados, o trabalho realizado demonstrou relevante importância acadêmica.

Isto porque se propôs a questionar os argumentos utilizados tanto pelo legislador pátrio, quanto pelo Poder Judiciário, que se calcam na “natureza não econômica” do serviço prestado, para justificarem o tratamento diferenciado das empregadas domésticas, refutando qualquer forma de discriminação neste sentido.

Desta maneira, a importância do estudo realizado não foi concluir tratar-se ou não de discriminação de gênero, mas simplesmente ventilar esta possibilidade para os estudiosos do Direito, hipótese que até então não encontra reflexão no meio acadêmico.

## Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís; RANGEL, Marta. Negociação Coletiva e igualdade de gênero na América Latina. Organização Internacional do Trabalho, Caderno GRPE, Brasília, DF, 2005.

ALBERTYN, Catherine; BONTHUYS, Elsje. Gender, Law and Justice. 1 ed. Cape Town, South Africa: Ed. Juta & Co, Ltd, 2007.

BALAGUER, Maria Luisa. Mujer y Constitución – La construcción jurídica del gênero. Madrid: Ed. Cátedra, 2005.

BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero in Criminologia e Feminismo.

- BLAY, Eva Alterman. Igualdade de oportunidades para as mulheres. São Paulo: Ed. Humanitas Felch/USP, 2002.
- BRUSCHINI, Cristina. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. . Disponível em: . Acesso em: 29.mai.2008.
- CAMPOS, Carmen Hein de (Organizadora). Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 19-80.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. 160 p.
- CARLOS, Vera Lúcia. Discriminação nas relações de trabalho. São Paulo: Ed. Método, 2004.
- DAHL, Tove Stang. O Direito das Mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista. Trad. Tereza Beleza. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- DIMOULIS, Dimitri. Manual de Introdução ao Estudo do Direito: definição e conceitos básicos; norma jurídica; fontes, interpretação e ramos do direito; sujeitos de direito e fatos jurídicos; relações entre direito, moral e política; direito e linguagem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- FRIEDMAN, Marilyn; JAGGAR, Alison; OKIN, Susan Moller; PATEMAN, Carole; PHILLIPS, Anne; STEFANO, Christine Di; YOUNG, Iris Marion. Perspectivas feministas em Teoria Política. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A., 1996.
- IZUMINO, Wania Pasinato. Justiça e Violência contra a Mulher. O papel do sistema Judiciário na solução dos conflitos de Gênero. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998. cap. 3.
- MEYER, Mary K.; PRÜGL, Elisabeth. Gender Politics in Global Governance. New York: Rowman & Little Field Publishers Inc., 1999.
- NASCIMENTO, Mariangela M. Reflexões acerca do espaço público em Hannah Arendt. Revista Ética & Filosofia Política, Volume 8, Número 1, junho/2005. Disponível em: <[http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/8\\_1\\_mariangela.html](http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/8_1_mariangela.html)>. Acesso em 29.mai. 2008.
- OLSEN, Francês E. Feminist Legal Theory II: Positioning Feminist Theory Within de Law. New York: New York University Press, 1995.
- PATEMAN, C. The Patriarcal Welfare State, in: Landes, J. (Hrsg.), Feminism, The Public and Private. Oxford, 1998, S. 241-274.
- PENIDO, Laís de Oliveira. A igualdade de gêneros nas relações de trabalho. Brasília: Editora Escola Superior do Ministério Público, 2006.
- PIMENTEL, Sílvia; PANDJIARJIAN, Valeria. Percepções das Mulheres em relação ao direito e à Justiça: legislação, acesso e funcionamento. Porto Alegre: Sergio Fabris Editora, 1996.
- PINHO, Leda de Oliveira. Princípio da igualdade – Investigação na perspectiva de gênero. Porto Alegre: Ed. Marco Appel Buss & Cia Ltda, 2005.
- PITCHT, Tamar. Un Diritto Perdue. Milano: Il Saggiatore, 1998.
- SABADELL, Ana Lucia. A Problemática dos delitos sexuais numa perspectiva do direito comparado. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, ano 7, n. 27. p. 81-102, jul.-set. 1999.
- SABADELL, Ana Lucia. Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara B. Emprego doméstico e capitalismo. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 1978.
- SÁNCHEZ, Cristina (org.). Feminismos. Debates teóricos contemporâneos. Madrid: Alianza Editorial, 2001. p. 191-242
- TELLES, Vera da Silva. Espaço Público e o Espaço Privado na construção do Social. São Paulo: Revista Tempo Social, v.2, USP.
- TERRY, Geraldine. Women´s Rights. Ed. Oxfam, 2007.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Estudos Feministas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis: UFSC, vol. 12, n.2/2004.
- WEISBERG, D. Kelly. Feminist Legal Theory. Philadelphia: Temple University Press, 1993.
- WEST, Robin. Género y teoría del derecho. Santafé de Bogotá: Siglo del hombre editores, 2000.
- YANNOULAS, Sílvia Cristina. Dossiê: Políticas Públicas e Relações de Gênero no mercado de trabalho. CFMEA; FIG-CIDA; Brasília, 2002